Adufg SINDICATO

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS – ANO IX– Nº 74– DEZEMBRO DE 2021

@adufgsindicato

UM PAÍS PRÓXIMO AO COLAPSO

Páginas 8 e 9

Arte: Pedro Gabriel

CONSTRUÇÃO

OBRAS DA NOVA SEDE ADUFG ENTRAM NA RETA FINAL

Página 7

RANKING

DOCENTES GOIANOS ENTRE OS MAIS INFLUENTES DA AMÉRICA LATINA

Página 10

ESPAÇO SAÚDE

CRESCE O NÚMERO DE ATENDIMENTOS EM 2021

Página 11

TRAJETÓRIA

PROFESSORA ELIANA MARTINS LIMA FAZ UM BALANÇO DE SEUS 30 ANOS NA UFG

Página 16

prestação de contas

Junho de 2021

1	**Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros**	
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	378.435,87
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.455,83
1.4	Receitas Financeiras	18.297,44
1.5	Outras Receitas	230,77
1.6	Resgate de aplicações financeiras	258.406,35
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	2.902,50
Total R$		**653.923,76**

2	**Custos e Despesas Operacionais**	
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	17.455,26
2.1.2	Encargos Sociais	37.298,01
2.1.3	Seguro de Vida	546,48
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	1.232,66
2.1.5	Ginástica Laboral	649,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	16.550,93
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	928,37
Total R$		**74.660,71**

2.2	**Serviços Prestados por Terceiros**	
2.2.1	Cessão de Uso de Software	2.128,68
2.2.2	Despesas com Correios	666,56
2.2.3	Energia Elétrica	3.244,43
2.2.4	Honorários Advocatícios	10.573,86
2.2.5	Honorários Contábeis	4.320,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	574,22
2.2.8	Honorários de Auditoria	0,00
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.676,50
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	419,90
2.2.11	Vigilância e Segurança	521,83
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	300,00
2.2.13	Serviços de Informática	2.865,97
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	0,00
2.2.15	Água e Esgoto	1.024,64
Total R$		**31.716,59**

2.3	**Despesas Gerais**	
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.794,94
2.3.2	Despesas com Táxi	0,00
2.3.3	Despesas com Coral	3.488,75
2.3.4	Despesas com Grupo Travessia	378,02
2.3.5	Diárias de Viagens	3.677,30
2.3.6	Tarifas Bancárias	839,94
2.3.7	Lanches e Refeições	2.578,87
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	7.323,78
2.3.10	Manutenção de Veículos	1.509,18
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	0,00
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	2.036,82
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campestre	5.759,30
2.3.16	Hospedagens Hotéis	979,85
2.3.17	Material de expediente	1.359,95
2.3.18	Outras despesas diversas	4.902,54
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.550,14
2.3.20	Homenagens e Condecorações	0,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	4.220,40
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	2.298,43
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	0,00
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Evento "Mais Sindicato" - Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Manifestações	15.421,00
2.3.27	Encontro Nacional PROIFES-FEDERAÇÃO	0,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	1.914,26
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	0,00
Total R$		**65.033,47**

2.4	**Despesas Tributárias**	
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	2.879,39
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.996,34
Total R$		**4.875,73**

2.5	**Repasse Fundo Social e Contribuições**	
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.413,23
Total R$		**27.413,23**

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R$	**203.699,73**
3 Resultado do exercício 06.2021 (1-2)	**450.224,03**

4	**Atividades de Investimentos**	
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	546.083,16
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	6.400,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	3.738,93
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	0,00
Total R$		**556.222,09**

4.2	**Intangível**	
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R$		**0,00**

4.3	**Aplicações Financeiras**	
4.3.1	Aplicação	0,00
Total R$		**0,00**

Total Geral dos Investimentos R$	**556.222,09**
5 Resultado Geral do exercício 05.2021 (3-4)	**-105.998,06**

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.

EDITORIAL

UM ANO DE RESISTÊNCIA

Resistência foi a palavra de ordem para todos que se preocupam com o ensino público em 2021. Nunca um governante atacou tanto a educação como tem feito o presidente Jair Bolsonaro ao longo dos últimos 12 meses. Somente nas universidades federais, que tanto têm ajudado no enfrentamento à pandemia de Covid-19 – que já tirou a vida de mais de 600 mil brasileiros -, o Governo Federal cortou 18,2% do orçamento, o que representa uma queda de R$ 1,2 bilhão.

O financiamento público da ciência, que já vinha sendo reduzido desde 2014, chegou ao ápice neste ano, justamente quando o Brasil tem enfrentado a maior crise de saúde da história recente, o que gera incertezas quanto ao futuro da pesquisa no País. Bolsonaro também tentou aprovar a reforma administrativa no Congresso Nacional. A proposta pode destruir os serviços públicos oferecidos à população que mais depende de atendimento em áreas, como saúde, educação e segurança pública.

Mesmo diante de tantos ataques, a educação, a ciência e os serviços públicos têm resistido bravamente e enfrentado o atual governo de cabeça erguida. Mesmo com o impacto da redução orçamentária, as universidades federais continuaram funcionando e cumprindo seu papel com a sociedade. O movimento sindical também fez sua parte e atuou em defesa dos direitos e dos serviços públicos.

Na edição 74, o Jornal do Professor aborda, em sua matéria principal, a crise econômica, as altas taxas de desemprego, a pobreza o retorno da fome no Brasil. Também estão disponíveis reportagens sobre as ações realizadas pelas universidades federais localizadas em Goiás, bem como o trabalho realizado pelo Adufg-Sindicato na defesa dos docentes e dos serviços públicos.

Boa leitura!

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Adufg SINDICATO
PROIFES FEDERAÇÃO

19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente e de Comunicação

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais, de Carreira e do Magistério Superior

Fernando Pereira dos Santos
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS

ANO IX – Nº 74

DEZEMBRO DE 2021

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Rafael Vaz
Editor responsável

Luciana Porto (JP 3175 GO)
Reportagem

Vinicius Braga (JP 3219 GO)
Reportagem

Revisão: Hélio Furtado do Amaral

Fotografias: Erik Ely

Diagramação: Pedro Gabriel

Data de fechamento: 10/12/2021

Tiragem: 2500 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova - Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
@adufgsindicato

www.adufg.org.br

Elias Menta Macedo*

JABUTICABAS, PRECATÓRIOS E O CALOTE ANUNCIADO NOS CREDORES DA UNIÃO

O Brasil, dentre outras inúmeras singularidades, possui a deliciosa fruta, originária da Mata Atlântica, conhecida como jabuticaba como um dos frutos que são típicos de nosso fértil solo. Infelizmente, não só encontramos no nosso fértil solo tais delícias, sendo fato que uma das invenções do nosso País, que se diga de passagem bem indigesta, é a forma como se pagam os credores do poder público, em especial por meio dos precatórios.

Interessante que tal forma de pagamento aos credores do poder público, totalmente diferente da forma como qualquer cidadão paga o poder público caso seja seu devedor, é exótica e comumente se tem que explicar a colegas estrangeiros tal arranjo, assim como alguns colegas de outros países estranham também o fato de termos um tipo de processo que cuida da execução, eis que em outras nações é natural que após a condenação, simplesmente o devedor efetue o pagamento dos valores reconhecidos.

Importante relembrarmos que os precatórios foram uma criação lançada e disciplinada na Constituição da República em 1934 e em pleno Estado Novo, na mesma Constituição de 1937 que Vargas consolidou seu poder, fora mantida. Nas Constituições de 1946 e 1967, esta última em plena ditadura, a previsão foi conservada, ampliada e fortalecida, vindo a ser consolidada no art. 100 da Constituição cidadã de 1988, vigente nos dias atuais.

Tendo em mente de onde vem a criação, outro fato digno de nota é que os credores de Estados e Municípios que se enquadram na modalidade de recebimento por precatórios, que são a forma de se pagar valores superiores a determinado número de salários mínimos, já experimentam todas as agruras de, após anos e anos de um processo judicial, ter que entrar em uma fila em que o pagamento é realizado de forma bastante morosa, sendo que em vários casos o tempo para pagamento supera, inclusive, o tempo de duração do processo judicial.

No plano federal, os precatórios são as dívidas que superam 60 salários mínimos e, mesmo que se trate de um valor econômico relevante, é comumente alcançável, principalmente se pensarmos que bastaria, por exemplo, uma pessoa que teve reconhecido o direito a uma aposentadoria de um salário mínimo ter um processo que dure cinco anos ou alguém que foi exitoso em um processo que reconheceu sua aposentadoria de dois salários mínimos tenha um processo que dure 2,5 anos, algo usual nos dias atuais.

Sabendo de tudo isso, propõem a PEC 23/2021, nominada de PEC dos precatórios, a retirada de parte dos valores já reconhecidos por sentenças judiciais transitadas em julgado, ou seja, que não são passíveis de recurso, e que seriam pagos no ano que vem (2022) totalizando o montante aproximado de noventa bilhões, a implementação de limitante no pagamento (teto) a um valor que não representa sequer a metade do montante já reconhecido como devido e inscrito, rolando esta diferença da dívida para o ano seguinte. No ano seguinte, se pagará o restante da dívida rolado, mais o que foi gerado para aquele ano, novamente limitado ao teto de aproximadamente 40 bilhões, o que gerará mais valores a serem rolados para o ano seguinte em um efeito conhecido como "bola de neve".

> "A DIFICULDADE NO RECEBIMENTO PELOS CREDORES DA UNIÃO TEM O CONDÃO, AINDA, DE IMPULSIONAR E FORTALECER UM MERCADO BILIONÁRIO EM QUE OS CREDORES QUE ESTÃO OU ESTIVEREM EM DIFICULDADES SERÃO OBRIGADOS A TRANSACIONAR OS VALORES QUE POSSUEM COM AGENTES FINANCEIROS, RECEBENDO FRAÇÃO DOS VALORES QUE TERIAM DIREITO, GERANDO LUCROS E DIVIDENDOS PARA O MERCADO FINANCEIRO."

Ano após ano esse valor que ficará para ser pago tende a se tornar ainda maior, se gerando um enorme passivo que foi estimado em estudo técnico da Câmara dos Deputados na monstruosa quantia de 1,8 trilhão de reais para 2036, que evidencia a impossibilidade total do seu adimplemento, o que inevitavelmente tende a chegar no puro, não desejável e simples calote.

A dificuldade no recebimento pelos credores da união tem o condão, ainda, de impulsionar e fortalecer um mercado bilionário em que os credores que estão ou estiverem em dificuldades serão obrigados a transacionar os valores que possuem com agentes financeiros, recebendo fração dos valores que teriam direito, gerando lucros e dividendos para o mercado financeiro.

Neste contexto, se espera que o Congresso possa fazer uma reflexão sobre os caminhos e principalmente os atingidos com a medida, evitando de se institucionalizar o calote, oportunidade salutar para pensar na revisão deste modelo exótico de pagamentos de débitos da união, para que tenhamos orgulho apenas de questões típicas da nossa nação como a jabuticaba.

Elias Menta é advogado e mestre em Direitos Humanos pela Universidade Federal de Goiás

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

*Andréia Vitor Couto do Amaral

A INVISIBILIDADE DA MULHER NO ESPECTRO

Primeiro minha trajetória pessoal e profissional. Tenho 44 anos, sou casada e tenho um filho de 25 anos. Sou professora da Universidade Federal de Jataí (UFJ) desde 2011, médica veterinária formada pela Universidade Federal de Goiás (UFG) em 1999, Mestre e Doutora em Ciência Animal pela UFG e possuo dois Pós-Doutorados, um pela UFG em Ciência Animal e outro pela UNESP em Cirurgia Veterinária, todos com ênfase em oftalmologia veterinária. Também fiz Residência em Clínica Médica de Pequenos Animais, de 2000 a 2002, período em que essa modalidade de pós-graduação existia em poucas instituições federais no país, com grande concorrência. Fui aprovada em primeiro lugar na Escola de Veterinária da UFMG, a mais conceituada em nosso meio, com conceito 6 pelo MEC.

Sou orientadora de mestrado em Biociência Animal da UFJ e de iniciação científica, publiquei mais de 70 artigos científicos publicados e 30 livros ou capítulos de livro, tornando-me uma das pesquisadoras mais produtivas da instituição onde trabalho. Fui a primeira diretora do Hospital Veterinário da Regional Jataí, responsável por toda sua regulamentação e funcionamento; coordenadora Geral Stricto Sensu da Regional e Coordenadora do Mestrado em Biociência Animal.

Agora a trajetória do Espectro. Com poucas estereotipias mas com muitas hipersensibilidades sensoriais e alimentares, sempre consegui me camuflar na sociedade: observando e reproduzindo o padrão social considerado normal. Podia descrever de cor e com detalhes todas as estruturas oculares, mas não conseguia manter o olhar nos olhos do outro, então aprendi a ministrar aulas e palestras olhando para um ponto fixo e vazio.

Apesar do meu esforço de me camuflar na "normalidade", algumas características despertavam a irritação de muitas pessoas. Os exemplos mais cotidianos eram meu hiperfoco e a minha comunicação direta e sem rodeios. O que para muitos era interpretado como uma sinceridade grosseira era, na verdade, uma incapacidade de entender o contrato social implícito nas relações interpessoais que moldam as interações e exigem uma filtragem entre o que se pensa e o que se fala.

Meu hiperfoco me trouxe enormes vantagens na minha vida acadêmica pois me levava a realizar todas as tarefas com impecável zelo. Entretanto, nas relações interpessoais, trouxeram proporcionais prejuízos, pois a insistência e perfeccionismo do espectro são opostos ao manejo político das instituições, incluindo a UFG e a UFJ.

Diante do meu percurso de vida percebo que eu, uma mulher dentro do Espectro do Autismo, poderia passar a vida toda sem diagnóstico, sofrendo as consequências das manifestações do Espectro, sem saber nomear ou compreender a causa de tamanho mal estar. Eis por que foi tão importante, para mim, saber meu diagnóstico e, agora, socializar esse diagnóstico.

Sou uma mulher adulta, autista e capaz. Sempre considerada inteligente e com uma vida acadêmica plena. Aprendi a falar em público, me tornei professora e pesquisadora e faço isso tudo com excelência, como tantos outros indivíduos no Espectro. Frequentemente, pessoas TEA (Transtorno do Espectro Autista) são indivíduos sem qualquer deficiência intelectual. Muitas vezes, inclusive, com inteligência acima da média, com prejuízos discretos ou até mesmo ausentes da sua linguagem funcional. Podem ter dificuldade na comunicação ou nas interações sociais, entretanto, são capazes de reproduzir atitudes sociais comuns, tornando-se completamente imperceptíveis, invisíveis quanto ao espectro e à neurodiversidade, entretanto essa camuflagem exige um grande esforço e geram um quadro de constante angústia e fadiga.

> "OS RÓTULOS PODEM ATRAPALHAR O TRATAMENTO, OS VÍNCULOS AFETIVOS E SOCIAIS, AS CAPACIDADES EDUCACIONAIS E OS DEVERES E DIREITOS POLÍTICOS E SOCIAIS, OU SEJA, PODEM AGRAVAR AINDA MAIS O QUE JÁ É SINTOMA DO PRÓPRIO AUTISMO."

Na minha história de vida só após o diagnóstico de TEA é que pude perceber os prejuízos ocasionados pelo desconhecimento dos meus sintomas. O exemplo mais claro, na minha história, se deve ao encontro de duas manifestações do TEA: a falta de filtro social na fala associada a incapacidade de identificar sarcasmo, ironia e, sobretudo, mentira e manipulação. Essa combinação me leva a me expor em situações que podem gerar problemas e a entrar sem perceber e, portanto, não encontrar recursos para identificar e sair de relações abusivas ou violentas.

Essas duas manifestações do TEA me acompanham a vida toda, mas nunca havia me colocado numa situação de tamanho adoecimento como nos últimos anos. Lutei junto com professoras e alunas para resolução de casos de assédio e estupro no curso de medicina veterinária da UFG de Goiânia e na UFG- Regional Jataí, hoje UFJ. Em consequência desse difícil e longo processo acentuaram as dificuldades interpessoais no ambiente de trabalho. Tais dificuldades foram intensificadas ainda mais pela pandemia, pelo desafio do trabalho remoto e, finalmente, pela morte de familiares. Fui atropelada por um conjunto de problemas maiores que minhas capacidades de camuflar minhas manifestações autísticas, consequentemente, minhas estereotipias, medos e prisões mentais ficaram incontroláveis, chegando ao colapso. Desse colapso veio meu diagnóstico. Do meu diagnóstico, esse texto, meu testemunho.

Após meses de psicoterapia, cuidados médicos e apoio de familiares, foi possível chegar ao meu diagnóstico: sou autista. Sempre fui. Mas pude me nomear somente agora.

Leia o texto completo em: https://www.adufg.org.br/noticias/2-noticias/9762-jp-o-diagnostico-de-autismo-numa-mulher-adulta

Andréia Vitor Couto do Amaral
No espectro desde 1977, com diagnóstico em 2021. Possui graduação em Medicina Veterinária pela Universidade Federal de Goiás (1999) e Pós-Doutorado em Cirurgia Veterinária pela UNESP, Jaboticabal (2011) e em Ciência Animal pela UFG (2011). É autora dos livros "Formulário Médico-Veterinário" e "Prescrição Médico-Veterinária". Atualmente é Professora Adjunta III de Medicina Veterinária na Universidade Federal de Jataí (UFJ).

O conteúdo dos artigos expressa a opinião dos autores

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG
e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Por João de Deus

Recorde de rejeição

Uma pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisas Cananéia (Ipec) mostra que a rejeição ao governo do presidente Jair Bolsonaro atingiu 55%. Trata-se do maior percentual desde o início do mandato, em 2019. Apenas 19% dos entrevistados consideram a gestão como ótima ou boa. Além disso, 25% dos entrevistados responderam que o governo é regular. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais, com nível de confiança de 95%.

Corrida presidencial

O IPEC também divulgou pesquisa sobre a corrida presidencial. Segundo o instituto, Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tem 48% das intenções de voto e Bolsonaro 21%. Sérgio Moro (Podemos) e Ciro Gomes (PDT) alcançaram 6% e 5%, respectivamente. Os demais pré-candidatos alcançaram, no máximo, 2%.

Pressão

Liderados pelo Centrão, bloco aliado de Bolsonaro, vários partidos desencadearam um movimento para derrubar o veto ao aumento do Fundo Eleitoral em 2022 e garantir R$ 5,7 bilhões às campanhas políticas do próximo ano. O grupo não quer liberar recursos adicionais para o governo em 2021 nem votar o Orçamento do ano que vem antes da análise do veto.

Ciência

A proposta orçamentária do Governo Federal para ciência e tecnologia em 2022 traz uma novidade incomum: muitos dos valores destinados ao setor estão oscilando para cima, em vez de para baixo, como tem sido a regra nos últimos anos. Pelos números que constam na redação original do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), em tramitação no Congresso, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI) deverá ter R$ 6,6 bilhões à disposição no ano que vem para "despesas discricionárias", que é de onde saem os recursos para o financiamento de bolsas, projetos e infraestrutura de pesquisa — um aumento de 138% em relação ao montante deste ano, segundo uma análise do orçamento feita para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e compartilhada com o Jornal da USP. O orçamento de fomento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também deverá aumentar, cerca de 47%.

Penúria

Só tem um problema: esses valores foram tão brutalmente reduzidos nos últimos anos que, mesmo com esse aumento proposto para 2022, eles ainda passam longe de resgatar a ciência brasileira do estado de penúria em que se encontra. O orçamento de fomento do CNPq é um exemplo disso: mesmo com esse aumento de 47%, ele chegará a apenas R$ 35 milhões, um valor irrisório para o sustento da pesquisa científica nacional, que depende em grande parte desses recursos do CNPq para a sua sobrevivência. Dez anos atrás, para se ter uma ideia, esse montante passava de R$ 200 milhões, em valores corrigidos pela inflação. O orçamento de bolsas da agência, por sua vez, deve permanecer estacionado na faixa de R$ 955 milhões, com um aumento de apenas 6% em relação a este ano (menor do que a inflação), eliminando qualquer esperança de aumento no número ou no valor de bolsas concedidas.

Fotos: Erik Ely

"Bolsonaro Nunca Mais": ato em Goiânia reforçou a luta por democracia e contra o machismo, racismo e LGBTfobia

Investigação

O ministro do STF, Alexandre de Moraes, decidiu trancar a ação da PGR que fazia objeções ao inquérito sobre a live transmitida em redes sociais em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) associou, sem base científica, a vacina contra a Covid-19 à Aids. Moraes, determinou, ainda que a PGR encaminhe a ele e à Polícia Federal a íntegra de tudo que tiver sobre o assunto, ainda que sob sigilo.

Racismo

Um estudo do Instituto Sou da Paz revelou que crianças e adolescentes negras de até 14 anos morrem 3,6 vezes mais por armas de fogo do que crianças brancas. O levantamento mostrou, ainda, que 78% das vítimas fatais por agressão com arma de fogo são negras.

CURTAS

Homenagem

A UFG criou Memorial Evocar, um site que homenageia vítimas da Covid-19 que fazem parte da comunidade acadêmica.

Ensino público

Entidades que defendem a educação estão mobilizadas para tentar evitar que a Câmara dos Deputados vote a anistia para prefeitos que não cumpriram o investimento constitucional mínimo em educação.

Lançamento

A UFG e a Escola Superior de Advocacia (ESA) lançaram o livro Lawfare como Ameaça aos Direitos Humanos.

"SITUAÇÃO DO PAÍS É GRAVÍSSIMA E, NO QUE DEPENDER DO ATUAL GOVERNO, PODE PIORAR AINDA MAIS", AVALIA PRESIDENTE DO ADUFG

Flávio Alves da Silva critica postura do governo Bolsonaro ao impor reforma administrativa e cortar recursos da educação, ciência e tecnologia

Foto: Erik Ely

Professor Flávio Alves da Silva analisa o cenário de 2021 e projeta as suas expectativas para o próximo ano

Luciana Porto

Mais do que lutas travadas em defesa dos direitos dos servidores públicos, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) vem desempenhando o papel de uma instituição que atua em prol da população como um todo. Em 2021, alguns assuntos ganharam destaque na luta sindical e social do Adufg-Sindicato. Em entrevista ao Jornal do Professor, o presidente da entidade, Flávio Alves da Silva, avaliou o ano e falou das expectativas para 2022.

JP: Qual a avaliação que o senhor faz do ano 2021 para a educação no Brasil?

Flávio: De fato, o governo Bolsonaro é péssimo para a educação. O que nós enxergamos hoje é o sucateamento das universidades, o que é lastimável. Os servidores estão há quase cinco anos sem nenhum reajuste salarial e sofremos, ainda, com a Reforma da Previdência, que acabou com a esperança de uma aposentadoria segura para os professores. Não posso deixar de mencionar também a Emenda Constitucional 95, que foi aprovada no governo Temer e também prejudicou os servidores. Tudo isso coopera para o sucateamento não apenas das universidades, mas do serviço público de forma geral. Para massacrar de vez os servidores, está em debate a reforma administrativa.

JP: Sobre essa reforma, como o Adufg-Sindicato tem atuado para barrar a PEC 32/2020?

Flávio: A reforma administrativa veio para enterrar o serviço público, seja ele federal, estadual ou municipal. Estamos empenhados trabalhando contra essa PEC. Em Brasília, há várias entidades, centrais sindicais, movimentos sociais, lutando para evitar a aprovação da reforma administrativa. Mas, infelizmente, o governo tem uma base que age por recurso. Ou seja, se tem dinheiro, a base vota favorável, independe de que projeto seja e dos prejuízos que ele pode levar à sociedade. Podemos citar como exemplo a PEC dos Precatórios, que foi aprovada por 323 votos, que também prejudica os servidores públicos. De uma forma geral, é isso que observamos: o governo Bolsonaro pouco se preocupa com a educação brasileira e menos ainda com o serviço público. É um governo que veio para destruir o Brasil. Com certeza vamos demorar muito tempo para recuperar tudo que ele desmantelou.

JP: Além de tudo isso que o senhor citou, podemos falar também do descaso com a ciência e tecnologia?

Flávio: Sem dúvida. No governo Bolsonaro tivemos a redução de mais de 60% dos investimentos. Para 2022, a proposta é cortar 90% dos recursos. O Brasil anda sempre na contramão dos países desenvolvidos, que investem em ciência e pesquisa. Futuramente, o Brasil tende a descer mais ainda a ladeira no sentido social, econômico e político. É um país de terceiro mundo, mas se tivesse quarto mundo talvez o Brasil alcançaria. Apesar do empenho e calibre dos nossos pesquisadores, o Brasil é um país que pouco produz com relação a países europeus, China, por exemplo. Isso acontece porque o investimento em ciência e tecnologia é muito pequeno. A Alemanha fez um aporte de 25 bilhões de euros a mais em seu orçamento para pesquisa. Ou seja, esse é um país que pensa no futuro e sabe que a ciência e tecnologia são a porta de entrada para melhoria dos serviços ofertados à população e da economia. No Brasil, é ao contrário, tudo que é feito se dá pelo empenho dos professores que estão fazendo pesquisa nas universidades e institutos federais. O governo Bolsonaro é negacionista. Se você não acredita na ciência, por que você vai colocar recurso nela?

JP: A UFG já possui data para retomada presencial das atividades no próximo ano, e a UFJ e UFCAT já discutem o assunto. Como o sindicato tem atuado para garantir um retorno seguro?

Flávio: Acreditamos que já é chegado o momento desse retorno presencial. Porém, essa retomada precisa ser feita de maneira segura para todos. Por isso, acionamos as três universidades solicitando a implantação do passaporte de vacinação. A UFG já discutiu o tema em reunião do CONSUNI e aprovou a medida.

JP: Além dessa envergadura política e sindical, o Adufg sempre atuou bastante com os movimentos sociais. É um sindicato que visa não apenas o professor, mas também a população como um todo?

Flávio: O Adufg-Sindicato se preocupa com a população, principalmente as famílias que estão em situação de vulnerabilidade social. Desde o início da pandemia, o Adufg-Sindicato esteve no enfrentamento à Covid-19. Realizamos doações de máscaras, cestas básicas e itens de higiene pessoal para comunidades carentes. Apoiamos professores e unidades acadêmicas que estavam na linha de frente do combate à pandemia, como os pesquisadores do IPTSP, da Faculdade de Farmácia, da Enfermagem e outros. Contribuímos com projetos como a construção e revitalização de respiradores pela Escola de Engenharia Elétrica, Mecânica e de Computação. E, em diversas oportunidades, fomos parceiros de iniciativas sociais.

NOVA SEDE DO ADUFG FORTALECERÁ LUTA EM DEFESA DOS DIREITOS DOS DOCENTES

COM 2,8 MIL METROS DE ÁREA CONSTRUÍDA, LOCAL CONTARÁ COM UM AMPLO ESPAÇO, DESTINADO ÀS DEMANDAS POLÍTICAS, SINDICAIS E CULTURAIS

Fotos: Erik Ely

Vinicius Braga

Um espaço que garantirá mais eficiência no atendimento aos docentes e melhores condições para a defesa dos direitos da categoria e dos serviços públicos como um todo. Assim pode ser definida a nova sede administrativa do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), em Goiânia. O local, com 2,8 mil metros de área construída, contará com um amplo e confortável espaço destinado às demandas políticas, sindicais e culturais da entidade.

"Essa construção evidencia que o sindicalismo ainda está forte. Apesar de tantos ataques, seguimos resistindo e trabalhando sempre para dar aos nossos sindicalizados mais conforto e bem-estar. Tudo isso está sendo construído para eles", ressalta o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

Além da área para as atividades administrativas do sindicato, a nova sede contará com uma excelente estrutura para eventos, como salão para recepções, anfiteatro/auditório e salas de apoio para atividades culturais. "Nosso auditório contará com 180 lugares, projetado para receber eventos e atividades de uma forma geral. Incentivar a cultura também é uma preocupação da entidade e, por isso, damos uma atenção especial a ela", acrescenta o presidente.

O diretor administrativo do Adufg-Sindicato, professor João de Deus, também reforça a importância da construção. "A nova sede representa a nossa forma moderna de atuação. Procuramos tanto travar lutas quanto acolher os docentes. Aqui, é a casa do sindicalizado e estamos deixando tudo isso para os professores e também para a população", complementa.

Além dele, o diretor financeiro da entidade, professor Fernando Pereira, ressalta que a obra tem reforçado o seu papel na luta e também na promoção da saúde, bem-estar e lazer para os seus sindicalizados. "Há muito tempo, o nosso sindicato trabalha para dar o melhor acolhimento aos professores. É importante que tenhamos um ambiente com estrutura e propício para as nossas lutas".

Visitas

Durante o ano, as obras da nova sede receberam diversas visitas, entre políticos, artistas, representantes da sociedade civil e de entidades parceiras. Entre eles, estiveram os músicos e compositores goianos Valter Mustafé, Xexéu, Du Oliveira e Eduardo Meirinhos. Eles parabenizaram o sindicato pela atenção dada à área cultural e destacaram a importância disso para os sindicalizados e a sociedade em geral.

"É um prazer acompanhar essa obra, que é um grande investimento do sindicato na cultura da cidade. Precisamos alimentar nosso corpo, mas também a nossa alma. A cultura é fundamental nesse sentido, por isso gostaria de parabenizá-los pelas futuras instalações", enfatizou o diretor da Escola de Música e Artes Cênicas da Universidade Federal de Goiás (UFG), Eduardo Meirinhos.

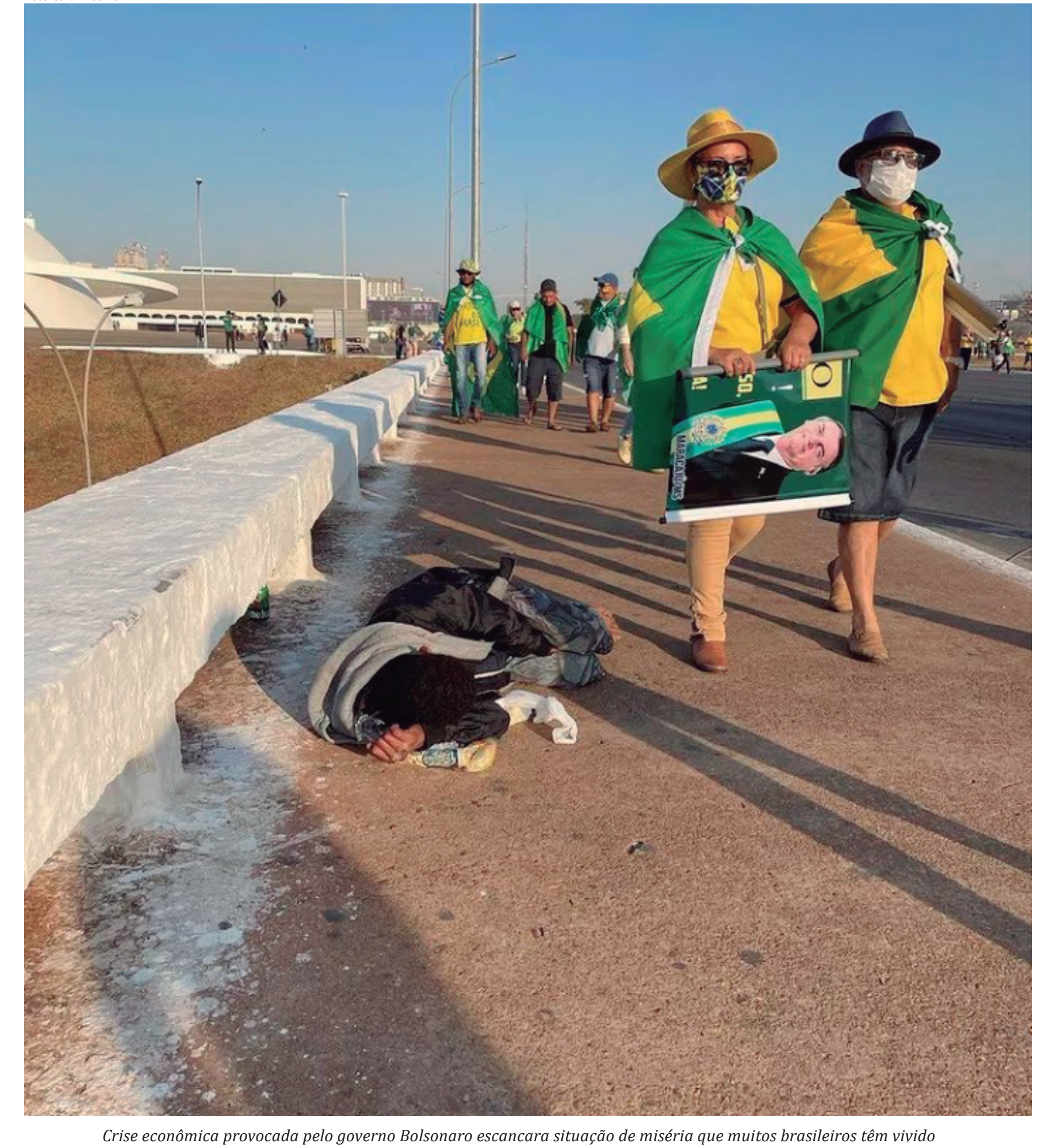
"São visitas extremamente importantes para o nosso sindicato. É uma grande alegria recebê-los para que vocês possam acompanhar essa obra construída para os professores e para a sociedade", pontua a diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato, professora Ana Christina de Andrade Kratz.

Foto: Erik Ely

CRISE SANITÁRIA E ECONÔMICA, ALTAS TAXAS DE DESEMPREGO, POBREZA E O RETORNO DA FOME: O LEGADO QUE O BRASIL DEVE LEVAR PARA 2022

JORNAL DO PROFESSOR CONVERSOU COM ESPECIALISTAS NA ÁREA DA ECONOMIA E SAÚDE PÚBLICA, QUE AVALIARAM AS PERSPECTIVAS PARA O PAÍS NO PRÓXIMO ANO

Foto: Sarah Teófilo



Crise econômica provocada pelo governo Bolsonaro escancara situação de miséria que muitos brasileiros têm vivido

Luciana Porto

Caro leitor, escrevo essa reportagem no dia em que o jornal Folha de São Paulo publicou uma reportagem intitulada "Famílias comem lagartos e restos de carne para enganar fome no RN". No texto, a repórter Renata Moura relata a dificuldade das famílias do interior potiguar para conseguirem alimento. "A mistura, às vezes, é ovo. Às vezes, não tem. Nem calango, nem lagarto tijuaçu tem mais aqui. Eles migram atrás de água. Há quem diga que os que ficam são pequenos como lagartixas", diz trecho de depoimento de um dos entrevistados publicado no dia 7 de dezembro de 2021. Pelas regras éticas do jornalismo, eu não deveria me expor tanto em minha escrita, apenas me ater aos fatos. Contudo, antes de jornalista, sou um ser humano, assim como você que me lê agora. Chegamos ao final de mais um ano, o segundo da pandemia de Covid-19. Aproveito as últimas linhas da minha participação neste texto para lançar uma retórica: de um país devastado pela crise sanitária, econômica, política, humanitária e social, qual o saldo levaremos para 2022?

Atualmente, o Brasil tem 12 milhões de pessoas que vivem na linha de extrema pobreza. Os dados são da Síntese de Indicadores Sociais, divulgados no início deste mês pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O levantamento mostra que 5,7% da população do país vive com renda de US$ 1,90 por dia, ou R$ 155 mensais per capita, apontada como linha de extrema pobreza pelo Banco Mundial. Em 2020, o país tinha 7,3 milhões de pessoas (3,5% da população) com renda mensal per capita de até R$ 89, abaixo da linha de pobreza extrema do Bolsa Família. Professor da Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal de Goiás (FACE-UFG) e doutor em Desenvolvimento Econômico com ênfase em Economia Social e do Trabalho pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Pedro Henrique Evangelista Duarte frisa que é importante destacar que a pandemia tem a sua parcela de responsabilidade na atual situação econômica do Brasil, porém grande parte da crise tem origem na inexistência de políticas públicas eficazes para melhoria das condições de vida da população.

"A economia brasileira já vinha passando por uma desaceleração ao longo do governo Dilma, mas após o golpe uma nova vertente ideológica assume a gestão. Se compararmos Temer e Bolsonaro, observamos que as duas posturas estão muito bem alinhadas no que se refere as suas interpretações do papel do Estado na condução da Economia. A partir de então as políticas que passam a ser implementadas depois dessa nova percepção ideológica, acentuaram a crise econômica, se ampliando com a crise sanitária", explica o docente que também é pesquisador o International Center for Development and Decent Work (ICDD). Segundo Duarte, o governo Bolsonaro não desenvolveu ações qualificadas para impedir que a crise sanitária tivesse menor impacto na vida da população e a atual situação econômica do Brasil é fruto de um conjunto de políticas cujo objetivo não é a melhoria da qualidade de vida da população.

Apesar da ineficiência das políticas públicas de Jair Bolsonaro, pesquisas apontam que a nova realidade imposta desde o início da pandemia —com as famílias mais vulneráveis tendo de enfrentar a combinação de desemprego elevado e aumento da miséria e da fome— vai exigir ainda mais eficiência dos programas de combate à pobreza. A princípio, o governo aposta no pagamento do Auxílio Brasil no valor de R$ 400,00, que teria sido viabilizado pela Proposta de Emenda Constitucional 23/2021, a famigerada PEC dos Precatórios. A medida que abre um espaço fiscal de mais de R$ 60 bilhões no Orçamento de 2022 tem, no entanto, mais pontos negativos do que positivos. Isso porque a PEC prevê um limite para gastos com precatórios (dívidas judiciais do governo) para o próximo ano e altera a regra para inflação no teto de gastos imposto pelo governo de Michel Temer. "No frigir dos ovos", em tese, com a aprovação da emenda, a dívida de R$ 89,1 bilhões em precatórios que o governo deveria pagar em 2022, se estenderá para anos e anos afora, trazendo prejuízo fiscal às próximas gestões. E, enquanto isso, o Brasil vai registrando altos índices de desemprego, como os 13,5 milhões de desocupados entre os meses de julho e setembro. Os dados do IBGE apontam ainda o crescimento do trabalho informal.

"As políticas sociais devem ser permanentes", analisa Duarte. O docente explica que as desigualdades sociais só podem ser combatidas com políticas sociais adequadas. Segundo ele, o governo federal cometeu inúmeros equívocos relacionados ao combate da pandemia, que causaram a piora do cenário econômico. "Qualquer economista vai dizer a mesma coisa. A resolução da crise econômica será muito mais lenta do que a da crise sanitária. Se a pandemia acabar no ano que vem, a economia levará mais uns três anos para se recuperar para os níveis pré-pandemia, que no caso do Brasil já não eram tão bons", avalia o docente.

Outro ponto abordado por Duarte é a premissa de Estado privado de Bolsonaro. Na concepção do governo, segundo o economista, serviços básicos como saúde e educação devem ser ofertados pelo setor privado. "Esse é um problema que aparece em outros momentos históricos do Brasil. Mas, a minha pergunta é a seguinte: mediante tantos anos de incentivos fiscal aonde está esse setor privado aumentando investimento e criando empregos? Nos últimos anos a taxa de desemprego só aumentou. Historicamente, o Brasil só cresceu de forma permanente em momentos de elevada atuação do Estado como investidor. O que Guedes e a sua equipe defendem é que as universidades públicas sejam privatizadas, que o SUS seja privatizado. E para convencer a população de que o serviço é ineficiente e de que o certo é que o setor privado invista, eles deixam esse sistema sangrar até a morte", completa.

Vacinação

Médica infectologista e docente do Instituto de Patologia Tropical e Saúde Pública (IPTSP-UFG), Cristiana Toscano reflete que o Brasil tem expandido os índices de vacinação da população. Apesar disso, a pandemia da Covid-19 ainda será uma realidade em 2022. "O vírus vai continuar a circular intensamente e as novas variantes mais cedo ou mais tarde vão chegar a todos os lugares do mundo", pontua a professora que também é representante da América Latina no Grupo Estratégico Internacional de Experts em Vacinas e Vacinação (Sage, na sigla em inglês) da OMS em seu Grupo de Trabalho de Vacinas para Covid-19, responsável por orientar programas de imunização pelo mundo e avaliar os testes conduzidos.

Otimista, Cristiana lembra que apesar da vacinação ter iniciado de uma forma tímida e retardada no Brasil, atualmente o ritmo de imunização é satisfatório. De acordo com a médica, o país está acima da média de outros países mais desenvolvidos como os Estados Unidos e alguns países europeus. Isso acontece porque o Brasil tem expertise histórica com relação a imunização, já que erradicou doenças milenares por meio da vacinação. "Vivemos um período de relativa tranquilidade. Passamos no segundo semestre pela substituição da variante gama pela delta, e posso dizer que hoje mais de 95% das cepas virais que circulam no Brasil são da variante delta. O mais interessante é que isso não causou uma nova onda, o que comprovou que a vacinação e as medidas de distanciamento social estão sendo eficazes no controle da pandemia. Mas, volto a dizer que ainda não é hora de esmorecer, de baixar a guarda", pondera.

Essa preocupação com uma nova onda de Covid-19 e, agora, com a variante Ômicron fez 20 capitais cancelarem os preparativos de Réveillon e colocaram ainda mais na berlinda as discussões sobre se será possível promover o Carnaval em 2022. Com cerca de 60% da população vacinada com a segunda dose do imunizante, Cristiana evidencia que o percentual ainda é baixo para pensar em liberação de festas. "É claro que há questões econômicas, culturais que devem ser levadas em consideração. Porém, a flexibilização e abertura devem ser feitas gradualmente e cautelosamente."

A docente explica que o processo de imunização no Brasil ainda sofre com alguns impasses, como a desacreditação da ciência e disseminação de Fake News, muitas vindas do próprio presidente Jair Bolsonaro. Além disso, no início da campanha, houve o atraso na aquisição das vacinas que retardou a imunização em massa e a falta de divulgação em mídia da importância do imunizante. "No meio dessa politização e brigas ideológicas, a expertise que o Brasil tinha em campanhas de vacinação se perdeu", lamenta.

Mais do que a Covid-19, o Brasil enfrenta agora epidemias de doenças que já haviam sido erradicadas. O calendário vacinal da criança tem sido negligenciado em função do distanciamento provocado pela pandemia e do receio das famílias. Em 2018, o Brasil voltou a registrar casos de sarampo, e apresentar uma baixa preocupante nas taxas de imunização contra a poliomielite. De acordo com dados divulgados em julho de 2018 pelo Ministério da Saúde, há 312 municípios brasileiros com menos de 50% da população vacinada contra a paralisia infantil, sendo que a recomendação é de pelo menos 95%, conforme estipulado pela OMS. "Isso já está resultando em surtos dessas doenças que já tínhamos eliminado e agora voltamos a enfrentar uma estagnação da cobertura vacinal, e isso no Brasil é muito latente e evidente. Com isso, temos um impacto adicional sobre a pandemia da Covid-19, uma maior disposição do sistema de saúde. Estamos jogando fora tudo o que conseguimos nas últimas décadas com a vacinação", finaliza.

DOCENTES DA UFG, UFJ E UFCAT SE DESTACAM EM RANKING DE PESQUISADORES DA AMÉRICA LATINA

AO TODO, 80 PROFESSORES DAS TRÊS INSTITUIÇÕES APARECEM NA LISTA DE PESQUISADORES MAIS INFLUENTES

Vinícius Braga

Docentes da Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal de Catalão (UFCat) foram destaque no ranking "AD Scientific Index 2021", que avaliou os 10 mil cientistas e pesquisadores mais influentes da América Latina. Ao todo, 80 professores das três instituições aparecem na lista. O índice mostra os coeficientes de produtividade de cientistas e pesquisadores com base nos perfis públicos no Google Scholar, usando os valores totais, valores dos últimos cinco anos e número de citações.

O professor José Alexandre Felizola Diniz Filho, do Instituto de Ciências Biológicas da UFG, recebeu a melhor avaliação dentre as três universidades citadas. No ranking geral, da América Latina, ele aparece em 210º e, no Brasil, em 131º. Para ele, receber tal reconhecimento é motivo de orgulho, principalmente por estar inserido em um contexto internacional, abrangendo tantos profissionais capacitados.

"É extremamente gratificante, pois nos dedicamos à pesquisa esperando esse tipo de resposta. Porém, não é um trabalho individual, é colaborativo. Tudo isso envolve vários outros colegas que também se dedicam e, apesar dos desafios, executam suas atividades com maestria. Um esforço que se reflete não apenas em rankings como esse, mas também em bons resultados para o nosso programa de pós-graduação em Ecologia e Evolução, o único nota 7 do Centro-Oeste", analisa o docente.

De acordo com o professor, a partir de 2010, com o crescimento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), instituído pelo Governo Federal, a UFG ampliou e o cenário favoreceu a área da ciência e da pesquisa. A instituição deixou de ser regional e passou a ser mais aberta, havendo uma grande renovação do corpo docente. Uma mudança não apenas em números, mas também de perfil, englobando profissionais de outras universidade e regiões.

"Com essa novidade, a UFG ganhou muito. Tivemos uma grande diversidade, com professores jovens que vieram com uma formação sólida em pesquisa. Ganhamos em termos de contatos internacionais, de produção científica, de capacidade de captação de recursos, de atrair novos alunos, montar programas de pós-graduação. Enfim, nesses últimos 10 anos, houve uma mudança muito forte no perfil da nossa instituição", diz.

Desafios

Apesar dos avanços, os desafios são muitos, segundo José Alexandre. Assim como em outras instituições federais públicas, a UFG passa por um momento desafiador. "Nosso maior desafio é externo. Estamos vivendo um período complicadíssimo, provavelmente o mais conturbado da nossa história. O primeiro problema é o financeiro, com os cortes orçamentários do atual Governo Federal que causam o desmonte das nossas instituições", pontua.

Outra problemática apontada por ele é em relação ao negacionismo. "Os constantes ataques à ciência, a ignorância da sociedade e a desvalorização da educação se agravaram a partir do governo Bolsonaro. É surreal o que estamos vivendo nesse cenário lamentável de politização das ciências".

As consequências, acrescenta o docente, são enormes. "Isso acabando gerando falta de perspectiva em nossos jovens brasileiros, recém-doutores. Com todo esse descrédito e sem probabilidade de emprego, muito acabam indo embora do País. Um verdadeiro desperdício para nós, já que houve um forte investimento na formação destas pessoas", analisa.

Apesar do quadro crítico, José Alexandre se mostra otimista em relação ao futuro e espera reverter a atual situação. "Devemos ter esperança. É preciso questionar, criticar, se manifestar. Vamos esperar essa tempestade passar e o atual presidente sair para que a sociedade tenha um mínimo de clareza. O Brasil precisa voltar aos trilhos", finaliza.

Foto: Diogo Fleury

Professor José Alexandre Felizola Diniz Filho, do Instituto de Ciências Biológicas da UFG, recebeu a melhor avaliação

Confira os docentes que aparecem no ranking "AD Scientific Index 2021"

Adolfo Franco Jr (UFG)
Alejandro Luquetti (UFG)
Alexandre Melo Bailao (UFG)
Alexandre Siqueira Guedes Coelho (UFG)
Ana Amélia Freitas Vilela (UFJ)
Ana Luiza Lima Sousa (UFG)
Ana Paula Junqueira Kipnis (UFG)
Anaclara Ferreira Veiga Tipple (UFG)
Anderson Luiz Ferreira (UFCat)
Andre Kipnis (UFG)
Andris Bakuzis (UFG)
Antonio Alonso (UFG)
Boniek Gontijo Vaz (UFG)
Carolina Horta Andrade (UFG)
Cecilia Maria Alves De Oliveira (UFG)
Célia Maria De Almeida Soares (UFG)
Cláudio Hideo Martins da Costa (UFJ)
Claudio R Leles (UFG)
Clayton Luiz Borges (UFG)
Danielle Fabíola Pereira da Silva (UFJ)
Delio Marques Conde (UFG)
Divina Cardoso (UFG)
Edgar A Collao Saenz (UFJ)
Elaine Rosechrer Carbonero (UFCat)
Eliana Martins Lima (UFG)
Elismauro Francisco Mendonca (UFG)
Elson Alves Costa (UFG)
Emilia Celma De Oliveira Lima (UFG)
Eric De Souza Gil (UFG)
Fernando Henrique Cristovan (UFJ)
Frederico Augusto Guimarães Guilherme (UFJ)
Giselle Soares Passos (UFJ)
Gustavo Duarte Pimentel (UFG)
Hildeu Ferreira Da Assunção (UFJ)
Joao Ferreira De Oliveira (UFG)
José Alexandre Felizola Diniz Filho (UFG)
Kátia Fernandes (UFG)
Laerte Ferreira (UFG)
Les Foulds (UFG)
Levi Carina Terribile (UFJ)
Lígia Mf Borges (UFG)
Luciane Rezende Costa (UFG)
Luciano Morais Lião (UFG)
Luis Mauricio Bini (UFG)
Luisa G Carvalheiro (UFG)
Luiz Antônio Franco Da Silva (UFG)
Manoel Soares Soares Júnior (UFG)
Marcos Lázaro Moreli (UFJ)
Maria Alves Garcia Silva (UFG)
Maria Do Carmo Matias Freire (UFG)
Maria Do Rosário Rodrigues Silva (UFG)
Maria José Rodrigues (UFJ)
Maria Sylvia Zanella Di Pietro (UFG)
Mariane Stefani (UFG)
Maristela Pereira (UFG)
Marize Campos Valadares (UFG)
Matheus S Lima Ribeiro (UFJ)
Mauricio Bolzan (UFJ)
Milton Adriano Pelli De Oliveira (UFG)
Mirian Machado Mendes (UFJ)
Natalia Del Angelo Aredes (UFG)
Nildo Viana (UFG)
Orizon P Ferreira (UFG)
Paulo De Marco Júnior (UFG)
Paulo Gentil B (UFG)
Pedro Henrique Ferri (UFG)
Regina Maria Bringel Martins (UFG)
Ricardo Avelino Gomes (UFG)
Rodrigo Borges Fonseca (UFG)
Rogério Pereira Bastos (UFG)
Ruth Minamisava (UFG)
Sandra Aparecida Benite Ribeiro (UFJ)
Sauli Santos Jr (UFG)
Sheila A Teles (UFG)
Silva RF (UFG)
Simério Carlos Silva Cruz (UFJ)
Suzana Da Costa Santos (UFG)
Thiago F Rangel (UFG)
Valcinir Aloisio Scalla Vulcani (UFJ)
Wendell Karlos Tomazelli Coltro (UFG)

CRESCE NÚMERO DE ATENDIMENTOS DO ESPAÇO CULTURAL DE LAZER E SAÚDE

COM CERCA DE 20% DE AUMENTO COM RELAÇÃO AO ANO PASSADO, ADUFG-SINDICATO SEGUE CUMPRINDO O SEU PAPEL DE OFERECER BEM-ESTAR E QUALIDADE DE VIDA AOS PROFESSORES FILIADOS E DEPENDENTES

Foto: Erik Ely

Além dos serviços já ofertados pelo Espaço de Saúde, Ana Christina Kratz falou das novidades do Fundo de Reserva

Luciana Porto

Não há quem espere pelo dia em que o mundo retornará à normalidade. Enxergar os sorrisos por trás das máscaras, se reunir com os amigos e familiares, abraçar e comemorar datas especiais com as pessoas que mais amamos, tudo que nos foi roubado pela pandemia da Covid-19. Mas, embora 65% da população já esteja imunizada com as duas doses contra o coronavirus, é difícil prever a retomada total daquilo que era considerado normal. Contudo, novos hábitos começam a surgir. O salto de atendimentos realizados em 2021 pelo Espaço Cultural de Lazer e Saúde do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) evidencia que parte da população começa a dar os primeiros passos na retomada da rotina. Respeitando todos os protocolos de segurança, de janeiro a outubro deste ano, o Espaço de Saúde realizou 6.327 atendimentos, quase 20% a mais do que no mesmo período de 2020.

Carro-chefe do Espaço Saúde, o pilates foi responsável pela maioria dos atendimentos. Apesar disso, a retomada presencial do Coral Vozes Adufg e o Happy Hour do Grupo Travessia merece destaque, uma vez que permaneceram sendo realizados de forma remota por mais de um ano. A diretora de Convênios e de Assuntos Jurídicos do Adufg-Sindicato, Ana Christina de Andrade Kratz, conta que o grupo de aposentados se deparou com as dificuldades da tecnologia no início da pandemia. "Até a gente aprender a mexer nas plataformas de reuniões online e entender o funcionamento levou bastante tempo. O aprendizado virtual foi bastante doloroso. Hoje, nós conseguimos utilizar com mais facilidade e ainda mantivemos uma reunião mensal do Grupo Travessia por videoconferência. Mas, já podemos nos encontrar presencialmente com mais segurança para realizar as nossas confraternizações e utilizar o Espaço Saúde. Temos o orgulho de dizer que ninguém se contaminou aqui", comemora a diretora.

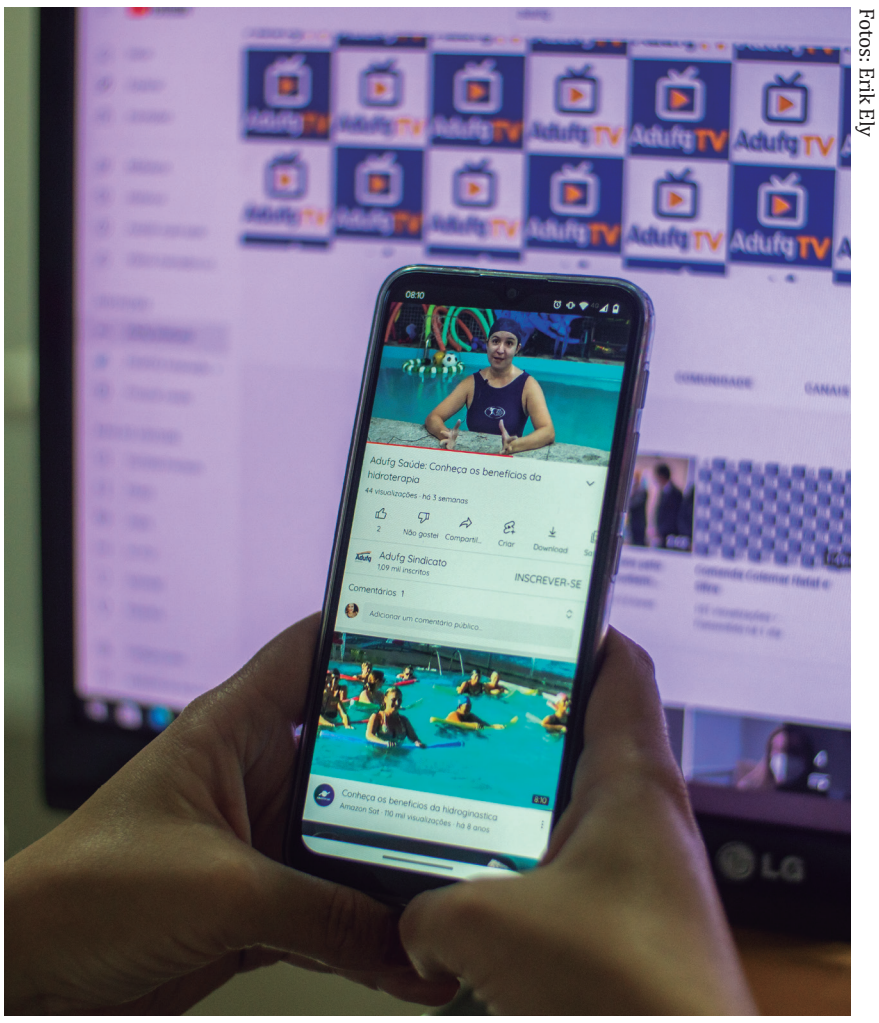
A docente destaca ainda as novidades que o Adufg-Sindicato passou a oferecer aos filiados e dependentes, como as aulas de Tai Chi Chuan, que são ministradas às terças e quintas-feiras às 18 horas, e a fisioterapia uroginecológica. Este último é custeado pelo Fundo de Reserva do plano de saúde e tem como objetivo atender pessoas que sofrem com a incontinência urinária, prolapsos útero vaginais, incontinência fecal, disfunções sexuais e tratamento de patologias que envolvem a próstata e nas complicações da prostatectomia. "Ampliamos bastante os serviços ofertados por meio do Fundo de Reserva, estamos em busca de melhorias e novos convênios para atender a demanda dos usuários do plano de saúde."

Outra atividade prejudicada pela pandemia da Covid-19, o Coral Vozes Adufg retomou recentemente os ensaios presenciais em 2021. Segundo a coordenadora do projeto, Margareth Lobato, no momento a equipe se prepara para a primeira apresentação pública desde o início da pandemia. "Quando a pandemia teve início, ficamos por um mês parados à espera de alguma solução milagrosa, até que percebemos que teríamos nós mesmos que dar algum encaminhamento ao coral. Decidimos fazer ensaios remotos. Enfrentamos muitas dificuldades para isso, principalmente pela pouca familiaridade e costume dos coralista com o uso das tecnologias que viabilizaram os ensaios", lembra a docente. Mas, apesar da crise sanitária Margareth pontua que o saldo geral foi positivo. "Tudo isso nos revelou um heroísmo de boa parte dos colegas ao aprender a gravar e enviar áudios e vídeos, usando os próprios celulares, providenciando ambientação, iluminação. Tudo sozinhos, ou contando com ajuda remota, por telefone, já que não podíamos nos encontrar. Foram momentos de aprendizagem e colaboração riquíssimos", completa.

Para 2022, Ana Christina Kratz espera que o Espaço Cultural de lazer e Saúde do Adufg-Sindicato consiga retomar as demais atividades de forma presencial, como as aulas de Yoga, desenho e pintura, bordado e outros. "Com a inauguração da nova sede administrativa do Sindicato vamos oferecer mais estrutura para a realização dessas modalidades, já que o novo prédio contará com salas multiuso para essa finalidade. Além disso, a maioria dos idosos já receberam a dose de reforço da vacina contra a Covid-19, o que possibilita que a gente amplie essas atividades presenciais", finaliza a diretora.

UM SINDICATO MAIS PRÓXIMO DOS PROFESSORES

ADUFG AMPLIA CANAIS DE COMUNICAÇÃO PARA ENGAJAR AINDA MAIS A CATEGORIA NA DEFESA DOS DIREITOS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS



Fotos: Erik Ely

Com novos programas, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás intensificou sua presença nos mais diversos canais de comunicação

Rafael Vaz

Em um ano de ameaças do Governo Federal à democracia, aos direitos e aos serviços públicos, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) ampliou seus canais de comunicação. Um dos principais objetivos foi tornar o contato da entidade ainda com os professores das três universidades federais localizadas em Goiás (UFG, UFJ e UFCAT) ainda mais próximo.

Jornal do Professor

A versão impressa do Jornal do Professor permanece sendo enviada para os docentes. No entanto, para que seu alcance seja ainda maior, o Adufg-Sindicato, por meio da Assessoria de Comunicação, disponibiliza uma versão digital para todos os professores sindicalizados. O arquivo é enviado pelo WhatsApp e também é colocado no site da entidade.

No total, são 16 páginas com reportagens especiais e notícias do movimento sindical. O trabalho realizado pelas universidades federais goianas também ganha destaque nas páginas do jornal. Além disso, os próprios professores têm espaço garantido, por meio da publicação de artigos de opinião e divulgação de projetos que estão envolvidos no âmbito acadêmico.

Audiovisual

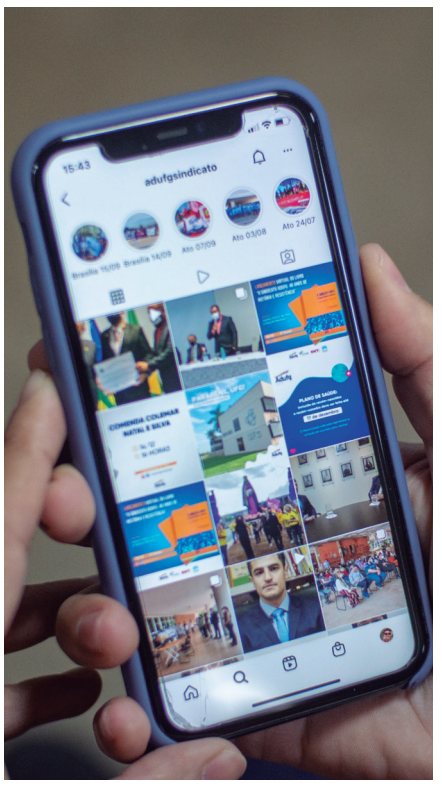
Em 2021, o canal do Adufg-Sindicato no YouTube, o AdufgTv, cresceu mais de 50%. Trata-se de uma ferramenta que tem ampliado o acesso dos professores filiados e da sociedade como um todo às ações de fortalecimento da luta pelo ensino público, gratuito e de qualidade. Nele, estão disponíveis programas que abordam temas, como educação, saúde, ciência, pesquisa e direitos dos docentes.

Os vídeos também são disponibilizados nas páginas do Adufg no Instagram e no Facebook. Entre os destaques da programação do canal, está o Jurídico Responde. Exibido às segundas-feiras, o programa esclarece dúvidas dos sindicalizados sobre questões do âmbito legal. As dúvidas são respondidas pelos advogados Elias Menta e Igor Escher. As perguntas podem ser enviadas para o e-mail jornaldoprofessor.adufg@gmail.com ou pelo WhatsApp (62) 99978-8303.

A programação audiovisual do Adufg-Sindicato também conta com os programas Adufg Saúde, Adufg Científica e Repórter Adufg. Os três são exibidos de forma escalonada às quartas-feiras e são voltados para a divulgação de projetos, pesquisas e outras iniciativas lideradas por docentes da UFG, UFJ e UFCAT. Nas sextas-feiras, entra em exibição o +INFO. Trata-se de um programa com o resumo das principais notícias da entidade e do movimento sindical ao longo da semana. Todos os programas também chegam aos filiados por meio do WhatsApp.

Ciclo de Debates

Em janeiro deste ano, o Adufg-Sindicato deu início ao projeto Ciclo de Debates. A live, realizada às quintas-feiras, promove debates virtuais sobre temas, como educação, carreira, economia, política, direitos humanos, questões de gênero e movimento sindical. A transmissão é feita no YouTube e no Facebook da entidade.



CORTE ORÇAMENTÁRIO, ATAQUES DO GOVERNO FEDERAL E PANDEMIA: RELEMBRE OS DESAFIOS DAS UNIVERSIDADES EM 2021

REITORES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS, JATAÍ E CATALÃO CONVERSARAM COM O JORNAL DO PROFESSOR E DESTACARAM OS PRINCIPAIS OBSTÁCULOS DA EDUCAÇÃO DURANTE O ANO E FALARAM DAS EXPECTATIVAS PARA O FUTURO PRÓXIMO

Foto: Erik Eli

Edward Madureira, Américo Nunes Neto e Roselma Lucchese falam sobre a gestão das universidades em 2021

Luciana Porto

O ano de 2021 está muito longe de ser considerado bom para a educação. Não apenas em função da pandemia de Covid-19 que continuou afetando o desenvolvimento das atividades presenciais, mas também pelo Projeto de Lei Orçamentária Anual, que abocanhou 18,2% no orçamento das universidades federais de todo o Brasil, orçamento este que já estava defasado. Em Goiás, somando os recursos das três instituições, a Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal de Catalão (UFCAT) perderam pelo menos R$ 20 milhões. O Jornal do Professor conversou com os gestores de cada instituição, que avaliaram 2021 e as expectativas para o próximo ano com a retomada presencial das atividades e a implantação do passaporte vacinal.

UFG

Presidente da Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira aponta que os dois últimos anos ficaram marcados na história da instituições como os mais difíceis. Madureira critica que, no Brasil, a educação é prioridade apenas quando é conveniente, em episódios cujos debates centrais são as campanhas eleitoreiras. "Em 2020, vivemos um período de consolidação do ensino remoto e isso representou um desafio e também um aprendizado muito grande. Porém, paralelamente a isso todas as outras atividades, tanto de ensino, gestão, enfrentamento da pandemia, combinando a presencialidade e o remoto. Já em 2021, todo esse cenário ficou ainda mais agravado em função dos cortes orçamentários que sofremos e ficamos com um recurso escasso e insuficiente para o funcionamento pleno da UFG", reflete o docente, que deixa o cargo de dirigente da universidade no início de 2022.

UFJ

Segundo Américo Nunes da Silveira Neto, reitor da Universidade Federal de Jataí, este ano trouxe mais desafios à instituição do que 2020, ano em que a pandemia da Covid-19 teve início no País. Além dos cortes orçamentários, o dirigente destaca a elevação dos custos básicos para o funcionamento da instituição e também as dificuldades do ensino remoto. "Graças ao nosso comportamento em forma de gestão descentralizada e dialogada, envolvendo todos os segmentos da universidade, nós conseguimos trabalhar de forma criativa. Eu prefiro dizer que com essas adversidades a nossa instituição aprendeu muito. Tivemos de descobrir novas formas de ensinar com a tecnologia, o que vai também nos auxiliar em outras áreas, como a pesquisa e a extensão", relata Nunes.

"O nosso sonho em 2022 é o ensino presencial", destaca o reitor. A UFJ é uma das instituições que implementou comissão especial para discutir a retomada segura das atividades e, apesar de ainda não haver uma data agendada para que ocorra o retorno, Nunes aponta que ele deve acontecer de maneira gradual. De acordo com o dirigente da universidade, a UFJ já conta com cerca de mil alunos em atividades práticas emergenciais e presenciais. "A universidade não parou. Sabemos que contribuímos muito para o enfrentamento de todo esse processo doloroso que está sendo a pandemia da Covid-19. Deixamos claro para a sociedade o quanto é importante a gente ouvir a ciência. Nossa expectativa para 2022 é novamente dar exemplo para a sociedade com todos os nossos servidores e alunos vacinados", completa.

UFCAT

O ano de 2021 também foi o mais desafiador da história recente da Universidade Federal de Catalão (UFCAT). Para a reitora da instituição, a docente Roselma Lucchese o corte orçamentário, assim como a pandemia da Covid-19, influenciaram diretamente na atuação da universidade nas mais diversas áreas, como pesquisa, extensão, permanência estudantil e custeamento das despesas básicas. "Já era anunciado que não teríamos condições de concluir pagamentos, principalmente em questões discricionárias, como empresas terceirizadas, limpeza e manutenção. Foram vários os impactos sofridos pela UFCAT. Além disso, pensar estratégias digitais para colocar a universidade funcionando 100% em um momento de pandemia, também foi e ainda é um desafio para todos nós", expõe Roselma.

Segundo a reitora, o fechamento das contas da instituição este ano só foi possível graças a um trabalho político e administrativo. Ela explica que parte dos recursos abocanhados pela PLOA de 2021 foi devolvida por uma emenda aprovada pelos parlamentares goianos e uma segunda parte foi conquistada por meio de um projeto do Ministério da Educação que interveio junto às "seis supernovas", que trata do grupo de universidades recém criadas. "O ruim disso é que fico na condição de gestora correndo atrás de uma recomposição de recursos e outras questões da universidade que poderiam ter mais atenção, acabam ficando em segundo plano", lamenta a docente.

No Adufg TV, canal no Youtube do Sindicato, é possível assistir as entrevistas completas com os três reitores.

ASSESSORIA JURÍDICA DO ADUFG-SINDICATO: ATUAÇÃO CONSTANTE EM DEFESA DOS DOCENTES

ADVOGADOS FAZEM UM BALANÇO DE 2021 E FALA DAS PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO ANO

Foto: Erik Ely

Em 2021, foram 724 atendimentos realizados e 201 ações propostas. Para o próximo ano, expectativa é que os números sejam superiores

Vinicius Braga

"Foi um ano bastante produtivo, com centenas de atendimentos realizados de forma presencial e virtual, além de diversas ações ajuizadas em defesa dos direitos individuais e coletivos dos docentes". O balanço feito pelo advogado Elias Menta, da Assessoria Jurídica do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato), reforça a importante atuação do departamento junto à Justiça e na luta sindical.

Em 2021, foram 724 atendimentos realizados e 201 ações propostas. "As principais conquistas deste ano contaram com a participação do sindicato em ações que tramitam nas cortes superiores. Nós pudemos nos pronunciar sobre temas de alta relevância para a universidade e para a sociedade em geral", diz Menta.

O advogado Igor Escher, que também integra a Assessoria Jurídica, ressalta que foi um ano de muita luta contra os desmontes do Governo Federal, em um contexto no qual a atuação política tem-se feito mais que necessária junto à Câmara dos Deputados e ao Senado. "Com a Universidade Federal de Goiás, lutamos para que os direitos dos docentes fossem respeitados, especialmente para correção das progressões funcionais, dos adicionais de insalubridade e férias que não foram pagas. Ingressamos com novas ações coletivas entre os mais variados temas, visando assegurar direitos que a UFG não fazia valer, ou até mesmo adequar uma interpretação da legislação, tal como a avaliação médica dos professores que solicitam remoção para outra instituição", pontua.

Destaques

Entre os destaques, há a intervenção do sindicato na qualidade de amicus curiae junto à Justiça Federal na ação civil pública do Ministério Público Federal (MPF) para que a UFG passasse a prestar o serviço público de educação na modalidade de ensino híbrido/misto, com retorno das aulas presenciais em setembro de 2021. No pedido, foi ressaltado, entre outras questões, que o Estado de Goiás contava com alto nível de infecção pelo vírus e que as aulas continuassem de forma remota enquanto durasse o estado de emergência de saúde e de calamidade pública. Após a solicitação da entidade, a Justiça Federal negou pedido do MPF para o retorno das aulas presenciais na UFG.

Outra ação é a que trata da nomeação de reitores das instituições federais de ensino superior. O Adufg-Sindicato foi admitido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) como amicus curiae, realizando sustentações sobre o caso. "Neste momento em que a educação sofre ataques constantes, a admissão da entidade nesta ação é uma grande conquista. É a oportunidade que temos de manifestar no sentido de garantir que as universidades continuem sendo públicas, laicas e democráticas, conforme preconiza a Constituição Federal de 1988", avalia Elias Menta.

Outras conquistas

O Adufg-Sindicato ainda enviou às reitorias da UFG, Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal de Catalão (UFCAT) ofício solicitando que as instituições forneçam todos os documentos necessários para todos os servidores que peçam a conversão de tempo especial em tempo comum para fins de abono permanência ou aposentadoria.

Outro destaque foi a solicitação feita pela entidade para a implantação imediata do passaporte de vacinação de professores, técnicos e alunos da UFG, UFJ e UFCAT. O documento evidenciou a importância da vacinação para o retorno das aulas presenciais, devendo ser tratada como uma obrigatoriedade pelas instituições. "O descaso com a necessidade de vacinação e a falta de exigência não oferecem segurança para o retorno presencial das aulas, podendo levar a resultados desastrosos, como surtos de contaminação e mesmo à óbitos", destacaram no ofício.

Expectativas

Para o próximo ano, a expectativa dos advogados é que a Assessoria Jurídica, que terá seu espaço na nova sede do Adufg-Sindicato, consiga superar os atendimentos deste ano e que continue cada vez mais atuante na defesa dos docentes.

O ponto de vista político também é lembrado por Elias Menta. "É preciso que o Governo Federal respeite os docentes, que consiga ter uma mínima interlocução com a categoria. São anos sem qualquer reposição salarial, em um contexto marcado pela alta da inflação e de outros impostos. É um absurdo completo o que está acontecendo e, por isso, nossa luta é constante".

Igor também espera que 2022 seja mais tranquilo no campo político, por se tratar de ano eleitoral e, historicamente, o Congresso não aprovar pautas impopulares, mas que ainda assim exigirá muita vigilância. "No campo judicial, estamos preparando novas ações coletivas para que consigamos garantir o efetivo usufruto dos direitos professores e professoras", finaliza.

Foto: Diogo Fleury

APÓS PEDIDO DO ADUFG-SINDICATO, UFG VAI EXIGIR PASSAPORTE DE VACINA NO RETORNO PRESENCIAL DAS ATIVIDADES

O Conselho Universitário da Universidade Federal de Goiás (Consuni) aprovou a adoção do passaporte de vacinação contra o coronavírus (Covid-19) para toda a comunidade acadêmica da instituição. Foram 55 votos favoráveis e duas abstenções. A pauta foi colocada em votação após pedido do Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato).

Na reunião, o presidente do Adufg, professor Flávio Alves da Silva, destacou a importância do ambiente acadêmico e defendeu que a preservação da vida seja sempre prioridade. "Na visão da ciência, o passaporte de vacinação é uma política pública para a proteção coletiva e o estímulo da imunização. Vacinas salvam vidas e todos os dados científicos comprovam isso", afirmou.

Flávio também lembrou que o próprio Supremo Tribunal Federal (STF) e o Tribunal Superior do Trabalho (TST) vão exigir a comprovação do imunizante para servidores e visitantes. "Por conta da conjuntura global e de tudo que já analisamos, não há outra forma de promover a retomada segura das atividades acadêmicas que não passe pela vacinação de professores, servidores e estudantes. Temos aqui vários colegas que, inclusive, dedicam suas vidas a essas análises", ressaltou.

Além do pedido de inclusão do tema na reunião do Consuni, no início de novembro, em ofício conjunto, o Adufg-Sindicato, o Sindicato dos Trabalhadores Técnicos-Administrativos em Educação das Instituições Federais de Ensino Superior do Estado de Goiás (SINT-IFESgo) e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) pediram que as três universidades federais localizadas em Goiás (UFG, UFJ e UFCAT) implantassem o passaporte de vacinação de professores, técnicos e alunos.

EM BRASÍLIA, ADUFG-SINDICATO E PROIFES-FEDERAÇÃO PROTESTAM CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

Foto: Erik Ely

Durante 13 semanas, o Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) e a Proifes-Federação se mobilizaram em Brasília para protestar contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 32/2020. As ações foram realizadas no aeroporto internacional da cidade, onde os manifestantes abordavam os parlamentares que chegavam à capital federal para alertar sobre os prejuízos que a reforma administrativa pode gerar aos serviços públicos e à população, e também na Câmara dos Deputados.

O presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva, participou da maioria dos atos e destaca a importância do engajamento de todos nesta luta. "A nossa mobilização foi importante para impedir que a pauta do projeto chegasse ao Congresso. Porém, a nossa luta é permanente. Vamos continuar insistindo pelos direitos dos docentes das universidades e institutos federais do País no próximo ano", destacou.

Na prática, a proposta pode resultar em retrocessos que serão sentidos por todos. Se for aprovada, a reforma deve reduzir a importância do Estado e terceirizar serviços públicos, o que trará prejuízos, em especial, à população mais pobre, camada que mais depende de áreas, como saúde, educação e segurança. A PEC também ameaça a estabilidade e outros direitos históricos dos servidores em atividade e aposentados.

PROFESSORES INDICADOS PELO ADUFG-SINDICATO RECEBEM COMENDA COLEMAR NATAL E SILVA

Foto: Erik Ely

Vinte docentes indicados pelo Sindicato dos Docentes das Universidades Federais de Goiás (Adufg-Sindicato) receberam a Comenda Colemar Natal e Silva. A honraria é destinada aos profissionais que se destacam nas áreas de ensino, pesquisa e extensão. O evento foi realizado no Centro de Cultura e Eventos Professor Ricardo Freua Bufáiçal com a presença do reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), Edward Madureira Brasil.

Foram indicados pelo Adufg-Sindicato para receber a comenda: Boniek Gontijo Vaz, Cândido Vieira Borges, Carlos Alexandre Vieira, Célia Maria de Almeida Soares, Cláudio Rodrigues Leles, Carolina Horta Andrade, Enes Gonçalves Marra, Francisco José Quaresma de Figueiredo, Gabriela Rodrigues Mendes Duarte, João Ferreira de Oliveira, Júlio César Valandro Soares, Laerte Guimarães Ferreira Júnior, Manoel Soares Júnior, Maria Lúcia Gambarini Meirinhos, Marise Amaral Rebouças Moreira, Regina Maria Bringel Martins, Ricardo Avelino Gomes, Rogério Pereira Bastos, Sheila Araújo Teles e Telma Woerle de Lima.

"O QUE NOS DÁ CREDENCIAL DE ENSINAR É A COMPETÊNCIA EM PRODUZIR CONHECIMENTO"

PROFESSORA ELIANA MARTINS LIMA, DA FACULDADE DE FARMÁCIA DA UFG, CONTA A SUA TRAJETÓRIA DE CONQUISTAS NA INSTITUIÇÃO

Vinícius Braga

"Uma história de insistência. São 30 anos como docente da Universidade Federal de Goiás. Ao longo desses anos, a instituição mudou e eu acompanhei a mudança. Porém, certas coisas continuam as mesmas, como o meu entusiasmo e a minha vontade de fazer o melhor". O balanço feito pela professora Eliana Martins Lima, da Faculdade de Farmácia da UFG, evidencia o orgulho que ela sente de sua notável trajetória na universidade, marcada por um importante legado na área da pesquisa e de inovação em ciências farmacêuticas.

O ano era 1985 e, aos 16 anos, Eliana saiu da casa dos pais, em Jataí (GO), para prestar vestibular na UFG, em Goiânia. O curso escolhido foi Farmácia, já que ela enxergou na graduação uma oportunidade de unir duas áreas de interesse: ciências biológicas e matemática. O objetivo foi alcançado e ela se tornou a primeira pessoa da sua numerosa família a ingressar em uma universidade.

"Por mais que parecesse um sonho distante, eu sempre quis isso. Foi uma grande realização para mim e toda minha família quando iniciei o curso de Farmácia. Encontrei um leque enorme de atuação e aproveitei tudo que pude. Ainda não existia iniciação científica, apenas monitorias. Eu passei por todas elas e fiz o meu melhor", lembra.

Ela explica que trabalhar em uma farmácia de manipulação a fez despertar a vontade de estudar lipossomas, pequenas vesículas lipídicas usadas em aplicações terapêuticas. "No laboratório, comecei a ter contato com nomes derivados de tecnologias do setor farmacêutico, um deles eram os lipossomas. A partir daí, tive interesse em aprender mais sobre eles. Vale lembrar que na época ainda não se usava o termo 'nanotecnologia'. Era algo completamente novo para mim", narra.

Foto: Erik Ely

Com 30 anos de docência, Eliana Martins Lima tem um importante legado na área da pesquisa e de inovação em ciências farmacêuticas

Docência

Em 1991, após a aprovação em concurso, Eliana tornou-se docente da Faculdade de Farmácia da UFG. No início, tudo era desafiador, já que ela tinha praticamente a mesma idade dos alunos e havia muito o que aprender para ensinar. "Os primeiros salários eram dedicados à aquisição de livros. Acredito que, na universidade, o que nos dá credencial de ensinar é a competência em produzir conhecimento. Somos docentes porque ensinamos um conhecimento produzido no laboratório. Não devemos ser apenas repetidores de livros", reflete.

Com essa ideia em mente e buscando a sua formação como cientista, Eliana iniciou a sua pós-graduação em lipossomas na Universidade de São Paulo (USP), tendo feito seu primeiro experimento no laboratório do renomado cientista Hernan Chaimovich. Entre lipossomas e nanopartículas, ela teve a certeza que seria essa a sua atuação. "É motivo de honra e alegria trabalhar em uma área tão relevante. Um dos pilares na busca de soluções para a pandemia, como as vacinas da Pfizer e da Moderna, essenciais na imunização da população mundial, são lipossomas modificados", explica.

Após concluir o doutorado na USP, em 1998, ela decidiu estabelecer a mesma linha de pesquisa na UFG. Porém, os desafios eram enormes, pois faltava infraestrutura de laboratório para colocar o seu desejo em prática. "A UFG não tinha um histórico de pesquisa em nenhuma área correlata. Não tínhamos estrutura nem docentes trabalhando nisso. Foi uma grande missão conseguir montar o laboratório. Eu precisava ser um ponto de partida e jamais deixei de lado qualquer oportunidade" recorda.

Eliana começou a coordenar as atividades de pesquisa e pós-graduação lato sensu na Faculdade de Farmácia e, nas reuniões da pró-reitoria, passou a interagir com docentes e conhecer outras áreas, dentro e fora da UFG. Em 1999, ela conseguiu recursos e um novo espaço para o Laboratório de Tecnologia Farmacêutica, o que permitiu a execução de projetos em parceria com empresas e indústrias farmacêuticas.

"A partir disso, tudo ficou diferente, já não estávamos mais no ponto zero. Aos poucos, fomos conseguindo a aprovação de importantes projetos e fomos aprimorando nossa infraestrutura de pesquisa. Sem dúvidas, foi um divisor de águas na história do curso de Farmácia da UFG", diz Eliana.

FarmaTec

Atualmente, ela é coordenadora e idealizadora do FarmaTec, cuja nova sede se encontra no novo Parque Tecnológico da UFG, recém-construído no Campus Samambaia. O prédio tem área de mais de 2 mil metros quadrados e custou mais de R$ 9 milhões, recursos obtidos com Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), por meio da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG).

"Foram 20 anos de muito trabalho para conseguirmos chegar a esse ponto. Hoje, nosso laboratório se equipara aos melhores laboratórios do mundo, executando projetos do mais elevado nível na área da saúde. Grande parte do meu ofício e propósito se materializaram em uma nova realidade de condições e possibilidades para todos os que se aproximassem e quisessem compartilhar deste trabalho fascinante", pontua.

Com orgulho, ela enxerga o FarmaTec como uma grande oportunidade de seus alunos despertarem a mesma paixão que ela tem pela pesquisa e pela ciência. Analisando sua trajetória e pensando no futuro dentro da UFG, ela conclui com uma canção de Milton Nascimento: "Se muito vale o já feito, mais vale o que será".